



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 19 | Jul./Dez. de 2018

Rafael Júnior dos Santos

*Mestrando em História Social na
Universidade Federal do Ceará-
UFC, bolsista da Fundação
Cearense de Apoio ao
Desenvolvimento Científico e
Tecnológico-FUNCAP
faeljunior01@gmail.com*

CULTURA POLÍTICA, PODER E RELAÇÕES DE FORÇA: Chagas Vasconcelos e a oposição à ditadura no Ceará.

RESUMO

O presente artigo analisa, a partir do embate entre o deputado Chagas Vasconcelos e o Governador Cesar Cals, traços da oposição no Ceará durante a Ditadura, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Balizados nas relações de poder que se exercem nas disputas entre Oposição e Governo, buscamos problematizar a oposição no Ceará dentro do contexto autoritário vigente, auxiliados ainda pelas interpretações do conceito de cultura política e poder.

Palavras-chave: Chagas Vasconcelos. MDB. Cultura Política. Poder.

ABSTRACT

This article analyzes, from the clash between deputy Chagas Vasconcelos and Governor Cesar Cals, traces of the opposition in Ceará during the Dictatorship, represented by the Brazilian Democratic Movement (MDB). Balized in the relations of power that are exercised in the disputes between the Opposition and Government, we seek to problematize the opposition in Ceará within the prevailing authoritarian context, still aided by the interpretations of the concept of political culture and power.

Keywords: Chagas Vasconcelos. MDB. Political Culture. Power.

Introdução¹

Fortaleza, 5 de abril de 1972. A Manchete da segunda página do jornal *Correio do Ceará* trazia os seguintes dizeres: CHAGAS TEM CRISE NERVOSA E CHORA NA AL. Até aí nada nos causa espanto ou mesmo desperta interesse, tudo soa como um acontecimento qualquer em Fortaleza ou alhures. Todavia, acontecimentalizar, ou seja, dar importância a fatos de certa forma alheios é um dos indícios que dizem dessa capacidade do historiador em estabelecer relações de domínio com o passado. Colocamos em evidência o acontecimento conferindo-lhe certo glamour dentro de um recorte espaço-temporal. A manchete supracitada salta de um período de exceção e ostracismo político, cuja liberdade de dizer, ir e vir estava cerceada. Imerso em escândalos de corrupção, velados por um forte aparelho repressor, o Brasil amargava uma ditadura deflagrada pelos militares em março de 1964. Os primeiros anos do regime se destacaram por uma fase de constituição deste como “vontade inequívoca da nação”, utilizando-se, principalmente, dos atos institucionais para criar uma fachada de legalidade. Nos meandros deste artigo discutiremos, a partir deste caso, o lugar da oposição à Ditadura no Ceará, problematizando comportamentos e ações dos sujeitos e as relações de poder exercidas.

Dadas as limitações de se criar e manter uma oposição de fato efetiva nos anos de exceção, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), embora imposto pelas fileiras do autoritarismo vigente representava a única via legal de enfrentamento ao regime. Diante disto, alguns sujeitos se colocaram à frente deste embate direto com o governo dos militares denunciando e tecendo críticas ao mesmo. Dentre estes, o deputado estadual Chagas Vasconcelos no Ceará apresentava-se como porta voz da oposição no Estado protagonizando dissabores e trocando farpas com o governo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O episódio citado no começo é um dos exemplos dos conflitos e tensões que movimentavam a vida política cearense na efervescência da austeridade da Ditadura. Ele é ainda o vértice de uma situação que culminou na denúncia feita pelo Deputado Chagas Vasconcelos a respeito dos atos de corrupção no Governo do Cel. César Cals de Oliveira.

¹ O presente artigo compõe parte das reflexões de nossa dissertação de mestrado em fase de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC.

O “affaire” entre Oposição e Governo

A seguir vejamos onde se dão os começos, uma vez que não nos interessa a origem das coisas tomando uma perspectiva de análise genealógica² pensada a partir de Foucault.

O líder do MDB na Assembleia, Deputado Chagas Vasconcelos, denunciou ontem o que classificou de ‘um violento processo de corrupção envolvendo o governo do Estado, nunca visto nem mesmo nos tempos anteriores à revolução’ – Segundo o parlamentar opositorista, que ontem reuniu os jornalistas no Legislativo, o governador Cesar Cals vem infringindo norma legal revolucionária e contratando centenas de professores mediante indicação dos deputados que pertencem ao seu esquema político. Segundo o líder do MDB, só têm direito a nomear professores os deputados que apoiam o governador e assinaram sua ‘carta de princípios’. Os que discrepam são punidos, deixando de fazer as indicações, e perdendo terreno em seus municípios.³

Com a assembleia em recesso e retorno previsto para abril, a imprensa foi convocada a fim de que fosse divulgada a denúncia do Deputado Chagas Vasconcelos. Doravante travou-se com o governo do Estado um confronto cuja dimensão ganhou as páginas dos principais jornais da época. O imbróglio gerado pela denúncia colocou o líder da bancada emedebista em maus lençóis, uma vez que atingira diretamente o chefe do executivo estadual, o governador César Cals. Em primeiro ato de revide às acusações feitas, Cals se manifesta:

o Governador César Cals revelou ontem à imprensa ao desembarcar no aeroporto Pinto Martins procedente de Brasília, que processará, por crime de calúnia, o Deputado Chagas Vasconcelos, ‘em razão das falsidades tornadas públicas por esse político’. [...] O chefe do executivo entende que já é época de se acabar com as práticas opositoristas com base em falsos pressupostos, utilizando a leviandade e a mentira como instrumento de promoção política.⁴

² Foucault problematiza a partir de Nietzsche a ideia de origem, no sentido de que há um ideal que passa por um processo de invenção e fabricação “produzido por uma série de pequenos mecanismos”. O autor salienta ainda que “à solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções”. (FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 15-16). São nestes pequenos mecanismos que se devem ater os historiadores percebendo-os como ruptura, pequenos começos. Dadas as condições de “inferioridade” de determinado acontecimento, percebido por vezes como insignificante este tem muito a nos dizer sobre determinado período da história. Tomá-lo como começo nos ajuda a escapar da ideia de origem das coisas.

³ MDB denuncia corrupção no governo. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 9 mar. 1972. Caderno de Política, p. 2.

⁴ LOPES, Pádua. Cesar x Chagas: processo. *Unitário*. Fortaleza, 15 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

É necessário atentar neste processo de produção do acontecimento, conferindo-lhe historicidade, a atuação política do Deputado Chagas Vasconcelos. Assim como contemporâneos seus que enfrentaram o regime, é preciso pontuar que seus comportamentos não necessariamente os enquadravam em um perfil de esquerda. O professor Rodrigo Motta alerta para a questão de parte do grupo ligado ao MDB ser oriundo de ideologias liberais ou democratas que resolveu assumir uma postura radical em relação ao regime. Neste sentido, Motta postula: “o grau maior ou menor de radicalismo verbal contra o regime militar não correspondia necessariamente a uma eventual filiação esquerdista. Alguns membros do MDB adotaram discursos agressivos de denúncia dos governos militares, mas não pertenciam à esquerda, eram democratas radicais⁵.” Podemos, dessa forma, considerar a posição de Chagas Vasconcelos dentro dessa perspectiva de análise do professor Rodrigo Motta. Durante sua atuação como deputado foi perceptível em nossa análise esse “radicalismo verbal”, porém nada que nos conduzisse a considerá-lo dentro de um posicionamento de esquerda.

Destarte, a postura tomada pelo deputado Chagas Vasconcelos despertando a sanha do Governo do Estado obedecia ao posicionamento tomado pelas lideranças do partido naquele ano, como pode ser observado:

a bancada do Movimento Democrático Brasileiro deverá manter uma atitude mais agressiva com relação ao governo do Estado na sessão legislativa que se inaugurará em abril, segundo ponto de vista expresso pelo grupo radical do partido, que se intitula autêntico e cuja expressão principal é o deputado Iranildo Pereira. O raciocínio dos opositoristas é o de que, da ARENA, pouco ou nada se pode esperar, tendo em vista a disposição do governador de, apoiado fortemente pelo sistema, esmagar qualquer reação que possa ocorrer nas hostes parlamentares governamentais. Assim, o MDB ficará praticamente como a única força de resistência ao Governo do Estado⁶.

O vislumbre de uma possível dissolução do partido, visto o insucesso do MDB nas eleições antecedentes a 1972, contribuíra para a tomada de atitudes mais agressivas por parte dos mesmos em relação ao Governo. Em virtude ainda do desdém do governador Cesar Cals à oposição, os ânimos se afloraram no interior do partido. Diante disso, as aspirações da oposição tiveram na liderança do

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 288.

⁶ MDB será mais agressivo. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 2 mar. 1972. Caderno de Política, p. 2.

Deputado Chagas Vasconcelos o canal para viabilização das mesmas. Um dos anseios do MDB ante a conjuntura apresentada era firmar-se eleitoralmente a fim de conquistar os eleitores insatisfeitos com a ARENA. Para o deputado Paes de Andrade, ligado ao grupo autêntico, a preocupação residia em “assegurar a unidade do partido em torno da tese de maior agressividade para com o governo”. É problemática esta tese de unicidade uma vez que era preciso lidar com dissidências dentro do partido por parte de membros cuja postura era conivente com o governo da ARENA. No tocante a questão do partido político este é, antes de tudo, a reunião de homens com aspirações, desejos e pontos de vista diversos. É deveras complexo pensar na comunhão de ideias considerando a multiplicidade dos sujeitos que dão existência a uma agremiação, principalmente, considerando o modo como ARENA e MDB foram gestados. Assim, de acordo com Serge Berstein,

o partido político está em condições de oferecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder, sobre a sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos⁷.

Para auxiliar a análise acerca dos comportamentos dos sujeitos e grupos o historiador dispõe de um sistema complexo de representações cujo nome atribuído a este foi cultura política⁸. Em linhas gerais cultura política seria, segundo Berstein, um grupo de representações, normas e valores pensadas para além da família ou grupo, não sendo ainda possível reduzi-la a noção de partido político⁹. Ao tomarmos como análise Chagas Vasconcelos, o MDB e as relações que entremeiam estes dois não estamos impondo a cultura política como explicação unívoca dos comportamentos ou mesmo dos fenômenos do político como um todo. Entendemos que o político é neste sentido o espaço de articulação do social.

Dito isto, a noção de cultura política nos fornece ferramentas para a problematização dos comportamentos do grupo emedebista do qual Chagas Vasconcelos fazia parte, identificados como autênticos no enfrentamento ao regime

⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988. p. 71-72.

⁸ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In ROLLEMBERG, Denise et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 31.

⁹ Idem.

militar. Neste sentido, após a réplica do Governador Cesar Cals à denúncia feita pelo deputado Chagas Vasconcelos houve no seio do partido uma reorientação em relação ao comportamento do grupo perante a situação. O apoio ao deputado e sua postura frente a bancada formalizou-se a partir do comunicado à imprensa feito pelo presidente regional do partido à época, Mauro Benevides:

como se não bastasse a sua ostensiva e constante participação em reuniões políticas, durante as quais não se vislumbra qualquer preocupação em resguardar, pelo menos, a majestade do cargo que ocupa como governador de todos os cearenses, e o persistente assédio a alguns prestigiosos líderes do emedebismo interiorano, passa S. Exa., agora, para a condenável faixa de intimidação, no intuito de criar o círculo de obstáculos com que já se defronta, no Ceará, do Movimento Democrático Brasileiro, objetivando, neste episódio, calar a voz de um dos mais brilhantes e destacados parlamentares alencarininos. A impulsiva atitude do Senhor Governador constitui mera satisfação aos setores que, diante da revelação do Deputado Chagas Vasconcelos e de sua fácil comprovação, passaram a estranhar o comportamento de S. Exa., que não se compatibiliza com a pregação oriunda do movimento revolucionário, do qual se diz porta-voz autêntico e tenaz propugnador. Além dessa interpretação, poder-se-ia, na deliberação precipitada do primeiro mandatário do Estado, o desejo de instaurar clima de temor no seio do oposicionismo cearense, num ano em que serão efetuadas eleições municipais e, em função destas, planejar o esmagamento dos nossos heroicos correligionários – a exemplo de eminentes adeptos do grêmio situacionista – como meta prioritária de seu esquema de trabalho cotidiano¹⁰.

A nota em tom de revolta em relação a decisão do governo de processar Chagas Vasconcelos conduz o grupo ao apoio irrestrito ao parlamentar na tentativa de assegurar sua denúncia. Os elementos retóricos presentes na fala de Mauro Benevides, repletos de expressões rebuscadas revelam em parte o comportamento dele para com o regime. Diferente dos colegas que se opunham com mais veemência, como Iranildo Pereira e Paes de Andrade, por exemplo, Benevides era a representação da vacilação no comportamento de alguns dos emedebistas. Embora parecesse autêntico, por vezes sua postura moderada e conciliatória nos faz questionar se de fato Mauro Benevides se identificava com a ala mais autêntica do partido. Todavia, a parca literatura existente do partido o coloca, assim como Chagas Vasconcelos, dentro do que se convencionou chamar MDB histórico.

A atitude do governador em resposta a denúncia de Chagas Vasconcelos veio a calhar para a oposição naquele momento. Em pleno ano eleitoral, o MDB

¹⁰ BENEVIDES, Mauro. Círculo de obstáculos. In LOPES, Pádua. Agenda Política. *Unitário*. Fortaleza, 16 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

tiraria o máximo de proveito possível da situação cujos debates favoreceriam a oposição ante o posicionamento de arbitrariedade tomado por Cesar Cals. Em virtude do “crime” cometido por Chagas Vasconcelos, o governador reuniu seus auxiliares a fim de estudar como se daria o enquadramento do deputado. Rumores apontavam que Cals enquadraria Vasconcelos na Lei de Segurança Nacional, o que se concretizou a posteriori.

O Governador Cesar Cals solicitou à Delegacia de Polícia Federal, no Ceará, o enquadramento do deputado estadual Chagas Vasconcelos, na Lei de Segurança Nacional, como incurso no artigo 36¹¹, que estabelece sanções àqueles que atingirem a moral e dignidade do Presidente da República, Vice, Governadores, Prefeitos e Procuradores. Segundo o Chefe do Executivo cearense, o líder do Movimento Democrático Brasileiro praticou crime de calúnia e difamação, denunciando sem qualquer fundamento corrupção no critério de nomeação dos professores para a Secretaria de educação do Estado, mediante distribuição entre deputados fiéis ao esquema do Palácio da Abolição¹².

Para além das motivações e implicações políticas a atitude do Governador foi pessoal, tendo em vista as acusações mexerem no íntimo do político como coloca o jornalista Pádua Lopes:

é obvio afirmar-se que Cesar Cals está consciente de sua atitude, reflexo, sobretudo, de sua revolta íntima contra a revelação do líder do MDB, que considera uma calúnia. Mas essa convicção pessoal, na esfera do campo político, deve estar lastreada pela aprovação dos dirigentes revolucionários no plano federal. A maior ou menor ênfase que o Governador do Ceará empreste ao problema, refletirá o grau de concordância do escalão nacional¹³.

É interessante, ainda, pensar as teatralizações feitas pela imprensa acerca do acontecimento. Sabemos, pois, que a notícia veiculada passa em certa medida por um processo de manipulação uma vez que o jornal, como veículo de comunicação corresponde aos interesses de seus idealizadores. De iniciativa particular, os jornais *Unitário* e *Correio do Ceará* foram fundados pelo jornalista João Brígido dos Santos e pelo empresário do ramo gráfico Álvaro da Cunha Mendes em 1903 e 1915, respectivamente. Posteriormente, ambos passaram a

¹¹ A problemática em torno do enquadramento do deputado Chagas Vasconcelos residia no próprio dispositivo do artigo 36 que até o momento não havia sido utilizado no Brasil e tampouco a nível estadual, explica a redação do *Correio do Ceará*. *Correio do Ceará*. Fortaleza. 20 mar. 1972. Caderno de Política. p. 2.

¹² LEI de Segurança contra deputado. *Unitário*. Fortaleza, 19 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 1.

¹³ LOPES, Pádua. Repercussão da medida. *Agenda política*. *Unitário*. Fortaleza, 21 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

pertencer ao grupo dos Diários Associados¹⁴, fundado pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand. A mudança para o grupo de Chateaubriand significou, decerto, um realinhamento na linha editorial de ambos os periódicos. Quanto ao noticiário local é possível perceber certa autonomia dos jornais na tomada de decisões. Porém, no que tange à política nacional “havia uma orientação a ser seguida por toda a rede de veículos de comunicação dos ‘Diários Associados’¹⁵”.

É possível “conciliar”?

Diante da efervescência dos acontecimentos, a questão tomou rumos que apontavam para uma possível conciliação entre as partes, o que não causaria nenhum espanto visto a conjuntura política que se apresentava. Embora os lados envolvidos estivessem seguros das posturas tomadas, pairava sobre ambos, certo temor pela ameaça de uma radicalização política eminente.

Sentindo toda a extensão do problema, próceres de sensibilidade mais aguda, tanto de um lado como do outro, mantiveram encontro para uma troca de ideias. O Secretário da Casa Civil, Sr. Vicente Augusto, e os deputados do MDB Paes de Andrade e Mauro Benevides conversaram informalmente sobre o assunto e, embora não tenham chegado a nenhuma conclusão, por enquanto, não se pode desconhecer que existe possibilidade de surgir uma forma conciliatória. A principal dificuldade com que se deparam os articuladores de tal fórmula conciliatória é esta: o problema foi colocado em termos irredutíveis. Nem o Governador pode voltar atrás em seus propósitos nem o Deputado pode negar o que reafirmou. Nessas circunstâncias, está posta de lado a solução simplista de desistência, por parte do Chefe do Executivo, ou de retratação, por parte do parlamentar¹⁶.

Resistiria assim, caso houvesse conciliação, a cultura política dos conchavos e acordos internos que movimentam os jogos da política. Diante desta possibilidade, Chagas Vasconcelos mostrava-se disposto a direcionar a questão a fim de solucioná-la:

¹⁴ A imprensa teve papel fundamental na constituição e consolidação do regime militar instaurado em 1964, o que não exclui, evidentemente, a existência de veículos alternativos cuja atuação foi contestatória à Ditadura. Jornais como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, assim como os que compunham os *Diários Associados*, foram abertamente defensores do golpe militar.

¹⁵ IIDA, Clarisse Lumi Nakao; MUSSE, Christina Ferraz. O “Diário Mercantil” no golpe militar de 1964: das manchetes de política às memórias de jornalistas. In: *Anais do 3º Encontro Regional Sudeste de História e Mídia*. Rio de Janeiro (RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2014. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013>.

¹⁶ LOPES, Pádua. Radicalização preocupa. Agenda política. *Unitário*. Fortaleza, 22 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

O MDB vem reagindo a essa disposição do Executivo. Ontem, contatos foram feitos entre os deputados Mauro Benevides, Paes de Andrade e Chagas Vasconcelos chamado do interior justamente para tratar do assunto. Hoje, os contatos foram retomados, com a participação de um número maior de representantes oposicionistas deliberando-se aguardar as reações do Governador para uma nova tomada de posição do MDB. A perspectiva, no entanto, é a do entendimento, com a qual estaria o Sr. Chagas Vasconcelos disposto a concordar, desde que dele nada fosse exigido, especialmente em termos de retratação¹⁷.

Diante da possibilidade de entendimento, percebe-se como o poder é representado na perspectiva das relações entre os indivíduos; poder este que não se detém nem se obtém, todavia se exerce. De acordo com Foucault “o indivíduo, com sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças¹⁸”. Nesta gama de relações o poder se exerce de modo que não é estático, mas se movimenta e se inscreve nos corpos dos indivíduos. Tomando o campo político como lócus destas relações é visível a existência do poder como ação a qual se afirma, sobretudo, em relações de forças¹⁹. Interesses, desejos e forças estão em disputa nos dois lados envolvidos no imbróglio que até aqui temos analisado. Os jogos se dão quando se utilizam estratégias diversas para manutenção e permanência nas disputas que se travam pelo e em nome do poder.

A estratégia de desvio da questão visando o entendimento entre as partes não logrou êxito, muito embora Chagas Vasconcelos, um dos protagonistas, simpatizasse com a ideia. Em reunião realizada com a executiva do partido não se abriu mão de manter o apoio ao deputado, sustentando a denúncia. A fresta que se abriu para a conciliação foi vista com maus olhos até mesmo pela ala mais moderada do partido. Dando sequência ao processo, especulou-se que o governador mudaria o artigo pelo qual enquadraria o deputado Chagas Vasconcelos na Lei de Segurança Nacional. Em vez do artigo 36 mudaria para o 16 que punia quem divulgasse por meio de comunicação social ‘notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas²⁰. Concretizadas as especulações, o governador

¹⁷ POSSÍVEL acordo governo-oposição. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 22 mar. 1972. Caderno de Política, p. 2

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 161-162.

¹⁹ FOUCAULT, op. cit., p. 175.

²⁰ CESAR afirma que vai denunciar Chagas. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 25 mar. 1972. Caderno de Política, p. 2.

entregou aos 27 de março à Auditoria Militar, a representação contra o deputado Chagas Vasconcelos anexada com matérias dos jornais cearenses e de outros estados, onde se veicularam as declarações do parlamentar emedebista.

Ensejado pela atitude do governador Cesar Cals, o deputado e representante do MDB na Câmara Federal, Paes de Andrade, lançou na imprensa uma entrevista com tom áspero e provocativo:

A oposição – afirma o deputado Paes de Andrade – não abdicará, em nenhum momento e quaisquer que sejam as ameaças de intimidação do direito de fiscalizar a administração pública criticando-lhe os desacertos, denunciando a prática de corrupção e atos contrários ao interesse da coletividade. Esse direito – aduziu – é irrenunciável, exatamente porque corresponde ao seu estrito dever para com o povo cearense, que exige dos que estão investidos de qualquer soma de responsabilidade política, vigilância permanente e atuação decidida em repúdio à má administração da coisa pública e à política do sacrifício do bem geral para a satisfação de interesses facciosos. [...]

O que se impunha ao sr. Cesar Cals, se não estivesse cego aos prudentes conselhos da boa razão pela sua excessiva vaidade e enfermiza convicção pelo poder, seria a apuração serena e integral dos fatos denunciados como irregulares, para, em face da opinião pública se inválida a denúncia, justificar os atos impugnados. E assim, o fórum da opinião pública, seria o melhor juiz da conduta do governo, exposto perante ela através da tribuna da assembleia e dos esclarecimentos prestados à imprensa. Mas não é o juízo imparcial da coletividade cearense o que pretende o governador do Estado, diz Paes de Andrade. Não é a defesa cabal dos seus atos impugnados pelo líder da oposição o que lhe interessa. O que ele deseja, ferido nos seus exagerados melindres de governante, é punir a voz corajosa que ousa enfrentar a sua autoridade, que ele próprio considera inviolável, para fazê-la calar, utilizando-se, para isso, da Lei de Segurança Nacional que jamais foi invocada pelo presidente Médici para cercear o direito de crítica dos parlamentares²¹.

O pronunciamento do deputado Paes de Andrade suscita questões interessantes no que tange à oposição. A manutenção de alguns mecanismos democráticos após o golpe deflagrado em 1964 pelos militares fazia parte das tentativas de forjar uma fachada democrática. Diante disso, o MDB se apresenta como um destes mecanismos no sentido de em certa medida ser um dos responsáveis por empregar ao regime uma aparência democrática. Se partíssemos desta prerrogativa, é bem provável recairmos numa análise simplista, pois, assim seria o MDB tão somente o “bode expiatório” do regime militar. A atitude de enfrentamento ao governo pelos parlamentares tem relativa importância diante da conjuntura política que se apresentava. Dito anteriormente, vale ressaltar, não se

²¹ ANDRADE, Paes. Paes: oposição continua denunciando. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 28 mar. 1972. Caderno de Política, p. 2.

trata de associar Paes de Andrade, Chagas Vasconcelos e outros à militância política com viés de esquerda ou mesmo tomá-los como mártires desta. O que pretende nossa análise é problematizar o papel da oposição com ênfase na importância de se colocar na contramão da ditadura diante das limitações que se impunham.

A imprensa como aparelho político: o *rush* entre MDB e ARENA

Postas estas discussões, nossa análise chega ao acontecimento do qual partimos no início. Frente ao contexto do qual emergiu, o fato se dá como resultado do processo narrado até aqui. Ao retomar os trabalhos em abril de 1972, a Assembleia Legislativa do Ceará²² passou a ser um dos cenários do “*affaire*” entre governo e oposição que até o momento havia sido protagonizado na imprensa. Os ânimos e expectativas estavam a todo vapor para o pronunciamento de Chagas Vasconcelos. Dias antes da abertura dos trabalhos na casa Vasconcelos se mostrava confiante com o andamento da questão. Em declaração ao *Unitário* o deputado disparou:

espero ser absolvido; não cometi nenhum ‘crime’[...]. Não encontro razões plausíveis que justifiquem o procedimento do Governador Cesar Cals. Agi como representante do povo, cumprindo mandato. Não caluniei nem injuriei e provarei isso [...] Faço oposição honesta, como deputado apontando erros e sugerindo soluções. Minha vida pública tem sido pautada em atos assim e não pretendo nunca mudar a linha de conduta. A representação do sr. Cesar Cals decorreu de atitude impensada e ele não quis recuar. Foi infeliz ao preparar o processo, que é falho e não construirá nada, absolutamente nada [...]. Conforta-me sentir o apoio emprestado por todo Movimento Democrático Brasileiro, firmando posição das mais coerentes. Não tenho o que temer; estou com a consciência tranquila, certo de haver cumprido com o dever, honrado o mandato de deputado.²³

A volatilidade dos comportamentos humanos perceptível no pronunciamento do deputado Chagas Vasconcelos é exemplo da discussão feita anteriormente sobre a cultura política. Pensar o comportamento dos sujeitos a partir desta chave interpretativa – a cultura política – diz da complexidade de dar conta de determinados comportamentos adotados por um sujeito ou grupo. O parlamentar

²² O acesso às atas das sessões com os discursos na íntegra não foi possível, pois, o material deteriorou-se devido a fatores externos. As atas que estão disponíveis no arquivo da casa constam as sessões de maneira resumida, não sendo possível o conteúdo completo dos pronunciamentos.

²³ VASCONCELOS, Chagas. Chagas: eu não cometi crime. *Unitário*. Fortaleza, 29 mar. 1972. Primeiro Caderno. p. 1.

que dias antes mostrava-se propenso a “reconciliação” entre as partes, na declaração acima empodera-se no sentido de não recuar da sua atitude inicial ante o processo em curso. Evidentemente a existência de múltiplas chaves interpretativas não deram conta de explicar os comportamentos políticos, a cultura política tampouco. Contudo, tomá-la como ferramenta heurística possibilita a análise destes comportamentos a partir de um complexo sistema de representações, como fora mencionado em linhas anteriores.

Chegada, pois, a tarde de 3 de abril, sob aplausos das galerias Chagas Vasconcelos proferiu seu discurso contra a atitude do Governador Cesar Cals em processá-lo. As tentativas sucessivas de achincalhar e atrapalhar o pronunciamento por parte das lideranças da ARENA na casa, também fizeram parte das teatralizações em torno do processo na sessão daquele dia. Segue trechos do pronunciamento publicados no jornal *Unitário*:

Chagas Vasconcelos disse que, na sua vida, já tinha passado por muitas emoções, mas jamais sentiu uma tão grande como a que passa no momento. O que mais lhe emociona e lhe fere, no fato, é ter tentado o Governador Cesar Cals considera-lo um traidor. Segundo seu raciocínio, interpretando como bacharel a Lei de Segurança Nacional, todo aquele que infringir esse diploma legal é, ‘ipso facto’, um traidor da pátria, um traidor da nação e um traidor dos objetivos nacionais [...]. Argumentou o deputado Chagas Vasconcelos que a intenção do Governador Cesar Cals não era preservar seu nome e sua dignidade de uma possível calúnia ou injúria. ‘Seu propósito é prender-me, arrastar-me ao cárcere por 2 a 6 anos, fazer-me perder o mandato e desfalcocar a oposição no Estado’, disse, acrescentando, ‘tudo isso porque disse a verdade’. Chagas afirmou não ser contra deputado ser processado. Mas achava ‘uma covardia’ utilizar-se o governador da Lei de Segurança Nacional contra um deputado. Porque a processualística desse instrumento legal não lhe daria oportunidade de provar o que revelou em entrevista à imprensa²⁴.

Refutando a fala do parlamentar as lideranças da ARENA consideraram que o deputado havia perdido a chance de retratação:

mostrando que o governador Cesar Cals deu uma oportunidade para que o bom senso funcionasse e o Deputado Chagas Vasconcelos se retratasse de suas declarações, o líder da ARENA, Deputado Gomes da Silva, concluiu que, ante a intransigência do líder da Oposição, o Chefe do Executivo não tinha outra alternativa para preservar sua dignidade pessoal e não recorrer à Justiça. Para o Deputado da ARENA, João Frederico, o Deputado Chagas Vasconcelos fez uma declaração apressada sem medir-lhes as imprevisíveis consequências, com

²⁴ VASCONCELOS, Chagas. A grande emoção. In LOPES, Pádua. Agenda Política. *Unitário*. Fortaleza, 4 abr. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

a ‘cabeça quente e os pés frios’, a conselho de seus amigos. Expôs um princípio de marcenaria: medir dez vezes e errar uma, para demonstrar que o político deve pensar bem antes em tudo que diz, para não errar. A questão será resolvida pela Justiça Militar ponderou João Frederico, e o seu debate na assembleia visa tão-somente a esclarecer à opinião pública, ‘para que o MDB não passe gato por lebre’, porque nós da ARENA estaremos vigilantes e não permitiremos²⁵.

Privilegiada desde sua instalação pelo Ato Institucional Número dois (AI-2) que criou o bipartidarismo no Brasil, a Aliança Renovadora Nacional seguia nos meandros do regime como “porta voz” e um dos instrumentos de legitimação do governo. Há neste sentido controvérsias em relação a ARENA ter sido o partido no governo ou do governo²⁶. No que tange ao Ceará, a agremiação governista apontava para o primeiro caso; se considerarmos, por exemplo, a atuação das principais lideranças em nível estadual – os coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals – o partido se manteve atuante no governo e não apenas como reprodutor das ideias “revolucionárias”. Por outro lado, a postura adotada enquanto partido oficial era a de manter sob controle, por vezes intimidando, a atuação da oposição como demonstrado no exemplo acima. Vale ressaltar ainda, sobretudo no interior do estado, a dificuldade de manter uma linha fronteira entre situação e oposição. ARENA e MDB facilmente se confundiam nas disputas e teatralizações do poder em grande parte dos municípios cearenses, onde se vivenciava a cultura política com raízes no assistencialismo, no clientelismo e no mandonismo. Nessas cidades, os laços familiares, os acordos e alianças entre grupos ligados aos dois partidos tinha uma relevância bem mais visível em relação à capital, o que não significava que Fortaleza não partilhava dessa mesma cultura política²⁷.

²⁵ Ibidem.

²⁶ A historiadora Lúcia Grimberg em trabalho sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional, refuta a ideia de a mesma ter sido mero instrumento de promoção do regime, defendendo também sua área de atuação enquanto partido no governo. Ver GRIMBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora ao “partido do sim, senhor”. In REIS, Daniel Arão et al (Orgs.). *O Golpe Militar e a Ditadura (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

²⁷ Serge Berstein aponta para a pluralidade de culturas políticas no interior de uma nação. Segundo o autor há uma área de abrangência que corresponde aos valores partilhados. Se num dado momento da história, aponta o autor, “essa área de valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz infletir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas”. (BERSTEIN, Serge. A cultura política. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, p. 354.) Diante dessa complexidade e diversidade, as nuances das culturas políticas carecem de serem observadas com olhar mais acurado.

A estratégia da ARENA de obstrução da defesa do deputado Chagas Vasconcelos surtiu efeito com mais eficácia na sessão do dia 4 de abril, quando visivelmente abalado o parlamentar deixou a assembleia. Após questionar em seu pronunciamento o aspecto processual do problema que envolvia o Governador e ele, Chagas considerou Cesar Cals “mau caráter” por optar pela Lei de Segurança Nacional, a qual lhe conferia vantagens pelo cargo exercido. Em resposta a Vasconcelos, o líder da ARENA Aquiles Peres Mota argumentou:

Na qualidade de Governador, o engenheiro Cesar Cals poderia utilizar um dos dois diplomas legais, tendo preferido a Lei de Segurança Nacional. E não poderia ser criticado por bacharéis em direito, como o Deputado Chagas Vasconcelos, por ter recorrido à lei, ‘quando poderia enveredar por caminhos sinuosos’²⁸.

Na opinião do líder arenista diante da possibilidade de escolha dos dispositivos legais a serem utilizados pelo governador, Cesar Cals optou pela Lei de Segurança Nacional que oferecia proteção tanto a seu cargo quanto à sua dignidade enquanto cidadão. Para Chagas Vasconcelos, Cesar Cals pretendia feri-lo em sua dignidade apenas por prazer pessoal:

se o governador tivesse querido apenas defender sua dignidade, não teria optado pela Lei de Segurança Nacional. Porque pela decisão tomada, nem que ele seja condenado, o Governador não terá reparação, a não ser a satisfação de pô-lo na cadeia por 2 a 6 anos. Enquanto pelo Código Penal, se ele não conseguisse provar o que denunciou, a dignidade do Chefe do Executivo estaria salva. Isso porque – explicou Chagas Vasconcelos – A Lei de Segurança Nacional não admite a exceção da verdade, que consiste em absolver aquele que teria ofendido, se este provar o que disse²⁹.

As relações de força entremeiam as disputas pelo poder de dizer a verdade, pensá-las e problematiza-las nos livra de cairmos em sistemas binários. Existe nas tensões analisadas neste momento esta luta pela verdade no processo em curso envolvendo governo e oposição. Se víssemos o problema a partir deste prisma – o mais forte *versus* o mais fraco – estaríamos tapando a visão para as relações de poder que se colocam. Há também, para além de disputas partidárias e ideológicas

²⁸ LOPES, Pádua. Natureza subjetiva. Agenda política. *Unitário*. Fortaleza, 5 abr. 1972. Primeiro Caderno. p. 3.

²⁹ Idem.

a presença do cinismo que caracteriza as tramas do político. Impera ainda, o ímpeto narcisista de ambas as partes feridas em seus egos.

Jogando ainda mais lenha na fogueira o deputado Aquiles Peres, na mesma sessão do dia 4, tocou numa ferida ainda aberta, dada a reação de Chagas Vasconcelos em seguida. Golpe baixo ou não, o líder da ARENA conseguiu desmontar Vasconcelos que visivelmente alterado esbravejou ante as críticas do representante do governo.

Para o deputado Aquiles Peres Mota o Governador Cesar Cals agiu tão certo, neste episódio, quanto o Deputado Chagas Vasconcelos, que teve comportamento idêntico, quando recorreu ao Código Penal, para processar por calúnia um cidadão de Santana do Acaraú, de nome Raimundo Nonato Lopes, que lhe teria ofendido. A diferença é que Cesar Cals, sendo Governador, é protegido também pela Lei de Segurança Nacional. Feita a revelação nestes termos, como não lhe era concedido regimentalmente o aparte que solicitava com insistência, o Deputado Chagas Vasconcelos revoltou-se, levantou-se de onde estava, pegou o microfone e gritou contra a maneira que considerou desonesta do orador revelar o fato, sem ao menos permitir-lhe uma explicação. Tomado de visível emoção, continuou bradando paralelamente ao orador, que não parou de falar, e confessou que foi obrigado a tomar aquela providência legal para salvar a vida do referido cidadão, que estava ameaçado de morte na cidade e que, no momento, o único meio de salvá-lo era escondê-lo temporariamente na cadeia. Acrescentou que o aludido processo fora arquivado por diligência sua e que estava querendo usar o fato para desmoralizá-lo³⁰.

As interpretações dadas pela imprensa ao acontecimento mantêm semelhanças, entretanto é importante percebermos as nuances. Os jornais que estamos tratando aqui – *Unitário* e *Correio do Ceará* – apresentam perfis parecidos, devido ao fato de estarem ligados ao mesmo grupo, como dito em outro momento. No caso do acontecido na sessão do dia 4 de abril, uma das cenas do “*affaire*” entre governo e oposição, as notícias veiculadas pelo *Correio do Ceará* carregam certo sensacionalismo na forma como são apresentadas aos leitores. Por outro lado, o *Unitário* traz a notícia com mais detalhes com a possibilidade de análise de ambas as partes envolvidas na questão. A manchete de 5 de abril do *Correio do Ceará* referente à sessão do dia 4 traz um título apelativo: “Chagas tem crise nervosa e chora na AL”, com informações pouco elucidativas do caso na tentativa de vitimização do deputado Chagas Vasconcelos.

³⁰ Ibidem.

É importante ressaltar, neste sentido, a imprensa como agente histórico que intervém nos acontecimentos e não mero elemento destes. Tomá-la como fonte requer problematizar as armadilhas postas no trabalho com este tipo de documentação. Assim como qualquer documento que posteriormente vire fonte histórica o jornal não é um dado a ler e extrair dele o que se quer saber, ele é uma produção de seu tempo histórico e auxilia na análise da sociedade em sua heterogeneidade e complexidade. Em se tratando da história política, o jornal como objeto ou fonte estabelece relações entre sociedade e Estado³¹. Nesta senda, o jornal (de)forma opiniões, produz sentidos, veicula e exerce relações de poder entre os sujeitos. A análise do jornal como documento histórico permite ainda dialogarmos com Michel Foucault no que concerne aos “regimes de verdade”. Segundo o autor, em cada sociedade “a verdade é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social³²”. Há todo um aparato de mecanismos e estatutos que legitimam uma sociedade na produção de verdade. O jornal como meio de comunicação compõe, desta maneira, estes grandes aparelhos responsáveis por “dizer o que funciona como verdadeiro³³” numa dada sociedade.

A retomada da questão: Governo, Oposição e os “jogos de verdade”

Longe de ser o desfecho do processo narrado até aqui, a sessão de 4 de abril de 1972 veiculada pela imprensa na edição do dia seguinte foi o capítulo mais esperado da novela *Governo versus Oposição*. Dali em diante a ARENA utilizou de variadas artimanhas para protelar a questão. A oposição não recuou da linha de defesa mantida até o momento, continuou denunciando na tribuna da Assembleia diversos casos de irregularidades cometidos pelo Governo do Estado. Acalmados os ânimos após a conturbada sessão, outras demandas se impuseram de modo que se firmou uma trégua entre governo e oposição. Chagas se mostrava mais tranquilo e com as forças canalizadas na reunião de provas para sua defesa na

³¹ VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. *Revista de recensões de comunicação e cultura*, 2013. p. 2. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>

³² FOUCAULT, op. cit., p. 13.

³³ *Ibid.*, p. 12.

esperança de sair inocentado. Neste ínterim como advogado com larga experiência no cargo, Chagas recebeu apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará.

Os meses seguintes à rinha entre o Governador e o Deputado foram ofuscados por outros impasses envolvendo o governo sob fiscalização ferrenha da oposição. Tais questões colocaram para segundo plano o *rush* entre o deputado Chagas Vasconcelos e o governador Cesar Cals. Deste modo, a questão vem novamente à tona no primeiro semestre de 1973, com o processo já finalizado e Vasconcelos absolvido das acusações. Não foi possível acompanharmos como se dera com precisão o desfecho do caso visto a ausência de mais informações e, também, procuramos aqui dar centralidade ao acontecimento do dia 4 de abril de 1972 e o contexto do qual emergiu.

Desta feita, reascende em 1973 o sensacionalismo empregado aos dissabores e trocas de farpas entre as partes no ano anterior. Devido ao “aperto de mão” dado entre Vasconcelos e Cals em Santana do Acaraú no encontro dos municípios em 1973, a imprensa não perdeu a oportunidade de trazer a memória da intriga que separava os dois. Diante da recepção do governo em Santana guiada por Chagas e seus correligionários o *Correio do Ceará* divulgou:

Os meios políticos ficaram pasmados: os dois mais vigorosos adversários – o Governador Cesar Cals e o líder da oposição na Assembleia, deputado Chagas Vasconcelos – apertaram as mãos durante o encontro de Santana do Acaraú, ante-ontem. O parlamentar fez acusações ao Governo e foi processado até na Justiça Militar. Eram dois polos bem antagônicos. Vem provar apenas uma coisa: em política tudo é possível³⁴.

A atitude do líder da oposição dividiu opiniões nos setores políticos causando descontentamento de membros do MDB. Durante sua fala no encontro dos municípios realizado em Santana do Acaraú, seu reduto eleitoral, Chagas Vasconcelos ressaltou o respeito pelas autoridades e não deixou de – com requintes de sagacidade peculiares a políticos com larga experiência nos jogos da política – alfinetar o governo. Declarou ainda em um momento de seu pronunciamento que “se algumas vezes tem se excedido em pronunciamentos na Assembleia Legislativa, na qualidade de representante do povo, deve-se em grande

³⁴ APERTO da paz. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 7 jul. 1973. Caderno de Política. p. 1.

parte a sua fragilidade de criatura humana³⁵". A imprensa, mais uma vez, manipula a notícia provocando a sanha de aliados e do próprio Chagas que considerou desvios na interpretação de sua postura para com o governador em Santana. Em repúdio a maneira como a imprensa divulgou o ocorrido, Chagas declarou à *Tribuna do Ceará*: 'Houve exploração e deturpadas suas palavras'. A seguir trecho da manifestação do deputado:

estranhei profundamente a significação que a propaganda governamental quis dar à minha presença à visita que o Senhor Governador fez a minha terra. Fui convidado a uma recepção oficial a ser feita ao primeiro magistrado e como homem público não podia recusar o convite [...]. A caravana governamental quando viu o meu povo reunido ensaiou um comício público, aí, então tive que falar, não saudando o Sr. Governador, pois a saudação foi feita pelo vigário da paróquia, mas mostrando o que meu partido vem fazendo pelo povo, através da PREFEITURA. Nunca me passou pela mente reformular o conceito que tenho da atual administração, conceito este externado nos vários pronunciamentos que tenho feito. E esta visita do Sr. Governador serviu para que eu visse, com os meus próprios olhos, o acinte que vem sendo feito aos homens do sertão, com o chamado deslocamento do Governo para o interior, com o objetivo apenas de promoção pessoal e cata de votos, utilizando-se os recursos públicos³⁶.

Em virtude das tensões desencadeadas do conflito entre as versões de Chagas Vasconcelos e a imprensa cearense, coloca-se em evidência os jogos de verdade. Estes dizem respeito, segundo Foucault, a certos critérios e regras segundo as quais aquilo que diz um sujeito sobre determinado objeto está relacionado à questão do verdadeiro e do falso³⁷. Não se trata, portanto, em saber quem está dizendo a verdade ou o que está sendo tomado como verdade. Importa perceber as relações em torno de verdade e poder que se colocam nos discursos tanto da imprensa quanto de Chagas Vasconcelos. Dessa forma, reitera Foucault, "a 'verdade' está ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem³⁸". A versão da imprensa é da passividade de Chagas Vasconcelos ante à presença do Governador em sua cidade, em contrapartida o Deputado se coloca na defensiva em relação a esta versão, na tentativa de legitimar como falso o discurso da imprensa.

³⁵ CESAR e Chagas deram-se as mãos. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 7 jul. 1973. Seção Interior. p. 8.

³⁶ VASCONCELOS, Chagas. Chagas: "houve exploração". In NORÕES, Edimar. Política. *Tribuna do Ceará*. Fortaleza, 9 jul. 1973. p. 3.

³⁷ FOUCAULT, op. cit., p. 13.

³⁸ *Ibid.*, p. 14.

Divididas as opiniões houve quem criticasse a postura do deputado e aqueles que consideraram cavalheirismo de sua parte em decorrência de seu “elevado espírito público”. Para amenizar as tensões e os possíveis impasses dentro do partido o MDB lançou nota em apoio ao deputado Chagas Vasconcelos. A nota deliberava o seguinte:

reiterar integral confiança ao bravo parlamentar, cuja tradição de luta o deixa inteiramente a salvo de qualquer equívoca interpretação em torno de sua comprovada lealdade partidária; lamentar que um gesto seu, de cunho eminentemente democrático, na sua terra natal, com imensurável grandeza de sentimentos, pudesse ser explorado de forma tão reprovável, atrás de continuadas divulgações na imprensa, inspiradas em boletins oficiais de notícias; reafirmar as diretrizes oposicionistas, que ativa ininterruptamente, vêm sendo seguidas pela bancada estadual liderada com invulgar segurança pelo deputado Chagas Vasconcelos, no combate vigilante aos atos governamentais reputados incompatíveis com o legítimo interesse coletivo³⁹.

A oposição firma seu posicionamento na tentativa de manter “coerência” com a postura assumida no caso desde o começo. No mais, o MDB operava dentro das limitações impostas pelo regime militar de 1964. Em certa medida, colaborar para dar sustentação a fachada democrática forjada pela ditadura era um espectro que pairava sobre o partido. Entretanto, como ressaltado no início apesar das controvérsias, deslizos e uma limitada atuação pensar o MDB como oposição remete considerá-lo, a partir daquele contexto, como via única e legal para traçar um projeto de abertura política para o Brasil. Neste momento, a atuação de líderes como Paes de Andrade, Chagas Vasconcelos, Iranildo Pereira, Mauro Benevides e outros – no caso do Ceará – foi imprescindível para termos ciência da existência de uma oposição, que independente dos jogos políticos em voga conseguiu destaque em importantes pautas para o país.

Considerações Finais

Dada a singularidade do acontecimento dantes pertencente ao desconhecido buscamos a partir dele problematizar a oposição no Ceará durante a Ditadura de 1964. Entremeados pelos fios e tramas do político pensamos a partir

³⁹ MDB solidário com Chagas Vasconcelos. Correio do Ceará. Fortaleza, 4 jul. 1973. Caderno de Política. p. 2.

da atuação de Chagas Vasconcelos formas de analisar como o poder é exercido, como ele circula entre os sujeitos a partir de práticas e relações de poder. Perceber essas relações partindo dos conflitos e tensões entre ARENA e MDB, representadas na figura do Governador Cesar Cals e do Deputado Chagas Vasconcelos respectivamente, foi uma das balizas desta análise.

O caso ora narrado emerge de um período no qual democracia, direitos e liberdades desprendiam-se do caráter valorativo que carregam estas expressões. No auge do autoritarismo vigente, o MDB era o resquício de dignidade democrática existente, legalmente falando. Diante da forma como fora gestado, das ambiguidades que lhe eram inerentes e da heterogeneidade de pensamentos em torno de uma única bandeira, o partido conseguiu esquivar-se o quanto pode da sanha autoritária dos militares. Embora por vezes participando do cinismo das teatralizações e jogos da política, o MDB firmou-se como oposição e nos anos finais da Ditadura representou um canal de acolhimento das reivindicações dos movimentos sociais e demais pessoas ligadas à esquerda, ciosos em restaurar a democracia no Brasil.

Cambiante como a condição humana é, o MDB como partido era antes de tudo um conglomerado de pessoas, ideias e desejos em constante disputa. Estabelecer uma análise homogênea ou tentar uma explicação unívoca do que naquele momento era oposição recairia no empobrecimento da questão. As relações de força e os jogos de poder são elementos das tramas do político. Partidos, sujeitos e grupos protagonizam estas relações e jogos garantindo ao político o espaço onde o social e suas representações se articulam.

Bibliografia

- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- KINZO, Maria D'Alva G. *Oposição e autoritarismo gênese trajetória do MDB: 1966-1979*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 13-37.

REIS, Daniel Arão et al (Orgs). *O Golpe Militar e a Ditadura: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

ROLLEMBERG, Denise et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. *Revista de recensões d/e comunicação e cultura*, 2013.

Rafael Júnior dos Santos

Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará-UFC, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP.
